

“A IDENTIDADE DO FEMINISMO CRÍTICO EM MOÇAMBIQUE: SITUANDO A NOSSA EXPERIÊNCIA COMO MULHERES, ACADÉMICAS E ACTIVISTAS”

Por. Isabel Maria Casimiro¹ e Ximena Andrade²

Centro de Estudos Africanos

8 de Agosto 2007

SUMÁRIO

Os estudos sobre as relações de poder entre mulheres e homens – das relações de Género - começam a ganhar corpo a partir de finais dos anos 60, nos países de língua inglesa – onde foi construída a categoria de Género (*Gender*) – mas depressa se expandiram pelo mundo.

Género como categoria analítica foi e continua a ser o resultado duma interrogação feminista no sentido de esclarecer a subalternidade e subordinação das mulheres no mundo. Trata-se duma procura que caminhou e que continua a caminhar no sentido de interrogações. Não pretendem as suas criadoras feministas o esclarecimento contemplativo por si acerca da discriminação das mulheres. Moveu-as e move-as o desejo de alterar as relações desiguais entre mulheres e homens, no âmbito de construções identitárias baseadas num poder hierárquico que marcam as discriminações entre os seres humanos, características do mundo em que vivemos, com o propósito de o transformar.

Em Moçambique os estudos sobre as relações sociais entre mulheres e homens desenvolvem-se em meados da década de 80, afirmando-se na década de 90. Por diversas razões coube ao Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) não apenas visibilizar este novo campo de estudos mas também realizar investigação sobre a mulher numa perspectiva feminista e de Género. Criou-se sobretudo uma prática de investigação-acção (em permanente construção) que em muito tem influenciado na alteração dos currícula na UEM, na integração das questões de género nas disciplinas dos cursos do Ensino Superior, na mobilização de mulheres para cursos maioritariamente masculinos³, no surgimento, desenvolvimento e apoio de associações de mulheres e do movimento de mulheres em Moçambique, na modificação e elaboração de políticas públicas e na alteração e formulação de leis não discriminatórias em relação à mulher.

Nesta reflexão procuramos trazer a história dos estudos de Género no CEA e realçar o papel desempenhado por este Centro, a partir de meados da década de 80, no nosso País.

I Introdução

A partir de meados dos anos 80 começou a desenhar-se ao nível do Centro de Estudos Africanos uma linha de investigação sobre estudos da mulher, no âmbito dos projectos existentes, com o objectivo de conhecer a vida da mulher em Moçambique, através dos diversos períodos históricos e interligando-a com a vida da mulher em África e no mundo. Pretendia-se analisar o fazer, estar e sentir de mulheres e homens antes da penetração colonial, o impacto do colonialismo na divisão de trabalho entre mulheres e homens, no acesso, controle e partilha de recursos e poder.

¹ / Docente e investigadora do Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane desde 1980. Membro fundadora da WLSA e do Fórum Mulher.

² / Docente e investigadora do Departamento de Geografia da faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. Investigadora da WLSA Moçambique.

³ / Referimo-nos às disciplinas de Antropologia dos cursos de História e Linguística e do Curso de Geografia da Faculdade de Letras, UEM; a disciplinas em cursos da UFICS (Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais), UEM; à experiência recente com o Mestrado de Educação, UEM; ao Projecto “Mulher e Engenharia”, na Faculdade de Engenharia, UEM.

Era também importante pesquisar o papel da mulher na resistência anti-colonial, nos movimentos nacionalistas, a sua contribuição para a luta armada de libertação nacional dirigida pela FRELIMO⁴ e no período posterior à independência.

Neste nosso trabalho fomos nos apercebendo que o estudo das relações sociais entre mulheres e homens, entre mulheres e entre homens, atendendo a contextos espaciais e temporais específicos, ou seja, as relações sociais de Género, se revelavam como uma categoria analítica potencial no nosso trabalho de investigação. A experiência de investigação-acção ao nível do CEA e das redes com que se tem trabalhado, têm manifestado a operacionalidade desta categoria, no entendimento das raízes da discriminação da mulher, no modo como se produz e se reproduz o feminino e o masculino, como o espaço-tempo doméstico, o espaço-tempo da produção, do mercado, da comunidade, da cidadania e o mundial têm sido construídos em Moçambique, desde o período colonial até ao limiar do século XXI (Santos 2000:254). Esta construção do feminino e do masculino refere-se ao contexto de relações capitalistas que convivem e se reproduzem juntamente com relações pré-capitalistas que no nosso país cobrem uma escala significativa do território e da população nacional. Com rupturas e continuidades permanentes no reconhecimento de formas em constante movimento, na dinâmica das inter-relações com a modernidade cruzando-se em todos os espaços e dimensões mencionados.

O trabalho empírico realizado foi gradualmente exigindo um melhor aprofundamento epistemológico, no sentido de entender a realidade que nos cerca, reconstruir conceitos e metodologias, reconceptualizar os nossos paradigmas científicos, ou seja, produzir conhecimento e não apenas factos a serem trabalhados por outros fora do nosso país.

Qual a importância da categoria de Género? Estamos perante um campo complexo, em transformação, do qual se tem produzido uma vasta literatura (Correa). No decorrer da construção deste novo conhecimento, muitas feministas há que não concordam com a sua utilização, outras o empregam com bastante cuidado e/ou numa perspectiva de esclarecimento político e, ainda há outras que continuam com as suas interrogações em busca de conceitos mais operacionais na explicação das desigualdades entre mulheres e homens.

A reflexão sobre as relações de Género ocorreu num momento particular para as Ciências Sociais e Humanas e também no seio do Movimento Feminista a nível mundial o qual ganha um novo fôlego a partir dos anos 60⁵. Entre os anos 60-80 as Ciências Sociais e Humanas empreenderam uma grande transformação, devido às mudanças ocorridas com a situação mundial, que vai coincidir com um período de ressurgimento do Movimento Feminista nos anos 60. Esta fase do Movimento Feminista ganhou corpo num momento histórico de grande deslocação ideológica e de perda de perspectiva, tendo ficado mais evidente a necessidade de repensar os paradigmas dominantes no sentido de melhor compreender o mundo para o transformar. A necessidade que as mulheres sentiram de conhecer, compreender e visibilizar a sua vida ao longo da história da humanidade obrigou a uma revisão das Ciências Sociais e Humanas e dos seus postulados científicos, à construção de objectos a partir de recortes da realidade empiricamente observáveis e à

⁴ / FRELIMO: Frente de Libertação de Moçambique.

⁵ / Em 1949 foi editado o livro de Simone de Beauvoir “O Segundo Sexo”. Foi preciso esperar pelos anos 60 para a massificação do seu conhecimento dentro e fora do Movimento Feminista.

formulação de hipóteses e de teorias mais próximas do real (Barbieri 1991:29). Ciências como a História, Antropologia, a Psicologia, a Psicanálise, a Filosofia e a Linguística viviam uma grande efervescência epistemológica que acabou por alimentar as inquietações das feministas. Articulando ao nível da Linguística os temas da sociedade, cultura e indivíduo numa nova maneira, estas disciplinas falam de relações e diferenças, de masculino e feminino, de poder e hierarquia, incerteza e questionamento. É aqui que se pode situar a contribuição para a reflexão sobre Género (Pérotin-Dumon 2000: 4 – III Género).

A produção de conhecimento por parte das diferentes correntes do feminismo constitui uma ruptura epistemológica, talvez a mais importante dos últimos 40 anos nas Ciências Sociais (Harding 1988), na medida em que veio perturbar a harmonia androcática do saber – social, científico, político – caucionado pelo paradigma científico dominante provocando, como bem refere Julieta Kirkwood, desafio, insolência, arrojo, liberdade, desordem (1984:100), que permitiu tirar a venda oprimida nos olhos, fornecendo uma maior aproximação ao mundo real dos direitos humanos.

Como conceito Género implica uma série de dimensões de relações de Poder expressas simbolicamente na linguagem dos corpos, na representação do masculino e do feminino, como elemento constitutivo de identidades e subjectividades, na articulação micro/macro e nas práticas. Também revela como a dominação masculina está inscrita na palavra, nas coisas e nos objectos, nos espaços, nas estruturas mentais, na forma como percebemos os outros e está inscrita na forma de usar o próprio corpo, base para a subordinação da mulher.

Muitos se têm interrogado sobre a validade ou não desta categoria, se não se está mais uma vez perante uma categoria importada e assimilada por imperativos de ajuda ao desenvolvimento, de conteúdos alheios à nossa realidade Africana e, fundamentalmente, confundem-no com Mulher. Para certos entendimentos falar de Género é o mesmo que falar de Mulher e quem utiliza este termo como conceito apenas propõe uma inversão de situações – serem as mulheres a deter e exercer o poder a partir de agora como o fazem os homens, sem que se alterem as relações de desigualdade. Paradoxalmente, o conceito Género, que foi utilizado pelos psicólogos e adoptado pelas feministas dos anos 60-70 para fugir à referente biológica da palavra Sexo, é muitas das vezes utilizado como sinónimo de Sexo: *“Sexo é um termo da biologia, Género (gender) emprega-se em psicologia e, em relação a processos culturais. Poder-se-ia pensar que estas palavras são simplesmente duas maneiras de considerar a mesma diferença e que se, por exemplo, uma pessoa é de sexo feminino, pertence automaticamente ao género correspondente (feminino neste caso). Mas de facto não é assim. Ser homem ou mulher, menino ou menina, é tanto a maneira de vestir-se, os gestos, a actividade, a rede social e a personalidade como os órgãos genitais que cada um tem”* (Oakley 1972). Como refere Simone de Beauvoir *“Não se nasce mulher, faz-se mulher”*. Por um lado, não se pode esquecer que a utilização do conceito sexo na biologia refere exclusivamente a dimensão reprodutiva do ser humano (no par sexo masculino e feminino) e, independente da sexualidade e o seu exercício que é um ganho humano, convertendo-se numa das instâncias diferenciadoras mais significativas entre os seres humanos e o resto dos mamíferos. Por outro, tão pouco esquecer que actualmente a reprodução humana tende a separar-se cada vez mais da própria dimensão natural da biologia, incorporando-se ao âmbito tecno-social da engenharia da reprodução humana.

Apesar de existir ainda em torno deste conceito muito desentendimento e, sobretudo, desconhecimento, esvaziamento e cooptação do seu significado, acabou por ganhar corpo e ser hoje considerada condição *sine qua non* para que uma actividade ou projecto tenha o apoio de organizações doadoras internacionais. O Governo saído das eleições multipartidárias de 1994 propõe-se igualmente, no ponto referente à Juventude, Mulher e Família a “... *introduzir a perspectiva de Género na concepção, análise e definição de políticas e estratégias de desenvolvimento nacional*” (Programa Nacional do Governo 1994, Imprensa Comercial do Índico, Lda:60). Depois da aprovação da Plataforma de Acção de Beijing em 1995, o Governo moçambicano elaborou um Plano de Acção Pós-Beijing, onde vêm especificadas as políticas com enfoque de Género, em quase todos os Ministérios, tendo-se inclusivamente constituído Núcleos de Género.

Entretanto como vem acontecendo com outros conceitos potencialmente emancipadores, a sua utilização entrou no terreno das lutas políticas e académicas, de ocupação de espaços, capitais e poder, tão caros à nossa sobrevivência, acabando por originar o esvaziamento do seu conteúdo de análise e de transformação da realidade desigual e opressiva que nos rodeia, sendo cooptado pelo poder que *sempre* é inteligentemente oportunista. Como refere Kamla Bhasin “*Há na questão de Género muito dinheiro, mas pouca paixão, existe nela objectividade, mas poucas apostas*” (citado em Arnfred 1999).

Signe Arnfred, de nacionalidade dinamarquesa e que tem trabalhado connosco, analisa esta questão num pequeno texto seu, datado de 1999, intitulado “Género e Desenvolvimento: Discussão e Crítica”. Neste seu texto Signe refere a conquista do espaço por parte da política Género e Desenvolvimento – a seguir a Mulher e Desenvolvimento – como fruto dos movimentos das mulheres à escala global, sobretudo a partir da IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, em Beijing, 1995. Por todo o mundo elaboraram-se Planos de Acção Pós-Beijing, cujo desempenho foi analisado em 2000. Fica entretanto a questão de como pôr em prática uma política de género sem redefinir a agenda sobre o desenvolvimento. O que vem acontecendo na maioria dos países é a utilização duma nova roupagem, em termos de terminologia, sem que se alterem as relações de poder a nível dos países e entre estes e as organizações doadoras internacionais.

O que se verifica então hoje nas organizações internacionais e nas políticas dos Governos em que a moda é “*Mainstreaming Gender*”, ou seja “Pôr o Género na corrente central”?

- ⇒ Começa a haver um discurso de que Género é um conceito bem comportado fora da dimensão dos direitos humanos das mulheres ou seja do feminismo (o mesmo que dizia Albino Magaia no artigo sobre os Concursos de Misses⁶;
- ⇒ Neutralização do termo Género perante um uso esvaziado do seu conteúdo revolucionário: desagregação por Género ou por sexo, para o caso é a mesma coisa, ambos vocábulos exprimem-se como sinónimos; Género acaba por ser uma categoria descritiva de informação estatística entre homens e mulheres e muitas das vezes é compreendido como sinónimo de mulher (tal como tem sido referenciado até por académicos da nossa Universidade, “*já temos o género na UEM*”, referendo-se à presença de mulheres nos estamentos da instituição);

⁶ / Revista *Tempo*, 8 de Março de 1998.

- ⇒ Género e Poder entrou na agenda também através do conceito Empoderamento (*empowerment*) – mas o que é poder e do que estamos a falar quando nos referimos a poder? Há uma simplificação – Poder é recurso; Recurso é poder. E as outras dimensões? O poder simbólico? Ficam definitivamente de fora com o discurso da pretendida igualdade nos parâmetros do modelo de poder vigente;
- ⇒ Vitimização da mulher – O discurso da acção dalgumas correntes do movimento de mulheres nos últimos anos acaba por vitimizar as mulheres pela situação existente, desvirtuando a análise da discriminação a partir dos direitos humanos para a confinar à dimensão mais pura do assistencialismo;
- ⇒ Todavia o conceito Género permitiu visualizar a situação da desigualdade e da discriminação da mulher e, sobretudo o seu reconhecimento no âmbito da agenda pública. Quer dizer, a neutralidade deste conceito permitiu a institucionalização do reconhecimento da desigualdade e da discriminação da mulher, apesar das conotações negativas anteriormente anotadas.

O que se verifica actualmente no campo académico?

- ⇒ Chegada a um estágio significativo dos estudos feministas através de desdobramentos teóricos de maior relevância; mudanças nos níveis teórico, metodológico e de acção, sendo a nível epistemológico que o avanço se tem verificado crescente, no âmbito do feminismo crítico;
- ⇒ O estudo e a investigação sobre a subordinação, discriminação, desigualdade, subalternidade das mulheres, na procura de um modelo alternativo solidário de Género, estimularam a análise nos seguintes campos da realidade social: legal, da participação social, no contexto da família, no âmbito do trabalho, da produção e da reprodução, participação na educação e nos processos de tomada de decisão;
- ⇒ É de destacar o contributo do Movimento Feminista crítico e de acção no avanço do conhecimento da sexualidade, uma vez que a discriminação de que a mulher é objecto nos diferentes âmbitos da vida social é estruturada em favor dos homens, tem a sua base de sustentação no controle da sexualidade e da reprodução no corpo da mulher;
- ⇒ O trabalho desenvolvido no campo académico não ficou isolado do movimento das mulheres feministas do campo de acção, produzindo-se **colaborações várias** e **tensões múltiplas**. Estas tensões ainda não estão resolvidas, sobretudo no que diz respeito a fixar os limites da divisão do trabalho nos diferentes campos de acção. Noutras palavras, a ideologia do activismo no movimento não deveria transcender o debate crítico do mundo académico. Por isso a proposta de manter uma “*distância crítica solidária*” (Tarres 2002) por parte do feminismo académico com o movimento activista, não só apoia o próprio activismo como permite um melhor avanço teórico para a apreensão da realidade em que ambos campos do feminismo estão interessados. A ideia seria a actualização inteligente e solidária da colaboração em prol dum fim comum;
- ⇒ A proposta epistemológica do feminismo crítico de trazer uma análise interdisciplinar aos estudos sobre a mulher e o Género, infelizmente muitas das vezes não se conseguiu concretizar. O que habitualmente se observa são colectâneas sobre uma mesma dimensão do conhecimento (por exemplo, a família), realizadas por diversas especialistas a partir e só da sua própria disciplina (Antropologia, História, Sociologia, Geografia Económica, Direito, Linguística, Psicologia, etc.);

- ⇒ O avanço do movimento feminista impulsionou o debate sobre a Masculinidade, que começa em fins dos anos 80 nos Estados Unidos, Canada, Inglaterra e Austrália, tendo um destaque especial durante a Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, 1994⁷. A responsabilidade masculina transformou-se em envolver os homens: sobre si mesmos, sobre a sua sexualidade, sobre a sua saúde e a das suas parceiras; sobre a violência exercida contra as mulheres, contra outros homens e sobre si mesmos (a tríada da violência dos Homens: Michel Kaufman). As investigações realizadas têm-se centrado na análise de uma identidade masculina fora do paradigma androcêntrico com o intuito de propor uma sexualidade de prazer compartilhado tanto para os homens como para as mulheres.

II A experiência do Centro de Estudos Africanos

O Núcleo de Estudos da Mulher (NEM) foi concebido em 1988 no Centro de Estudos Africanos, como forma de visibilizar uma dimensão do conhecimento que até àquele momento não tinha ainda sido tida em conta. A UEM começara já, a partir da década de 80 a dedicar a sua atenção aos estudos da mulher, por parte de docentes e investigadores nacionais formados sobretudo na área de Ciências Sociais e Humanas. Realçamos aqui algumas investigações que sem ter como objecto de estudo a mulher debruçam-se sobre parte da sua realidade⁸.

Em 1985 a UEM em conjunto com a UNESCO, Divisão dos Direitos Humanos e Paz, promoveu um Seminário intitulado “A Mulher na Reconstrução Nacional em Moçambique”, com a participação de diversas instituições governamentais e não governamentais, organizações sócio-profissionais, que realizavam trabalho e/ou pesquisas sobre a Mulher em Moçambique. Este seminário sucedeu a um conjunto de estudos e seminários organizados pela UNESCO sobre “A participação das mulheres na Luta de Libertação Nacional e o seu papel e actividades nos países recém-independentes de África”⁹.

Uma das propostas saídas deste Seminário apontava para a necessidade de a UEM, assim como outras instituições vocacionadas para o efeito, se organizarem e colocarem as suas capacidades ao serviço da investigação e formação de e sobre mulheres, deste modo contribuindo para o seu melhor envolvimento no desenvolvimento do país. Foi também preocupação deste Seminário a coordenação dos diversos trabalhos e/ou pesquisas que se realizavam sobre a mulher em Moçambique. Constatou-se a existência de trabalho de investigação realizado e que em muito contribuía para um melhor entendimento da situação da mulher, mas que infelizmente era desconhecido pelas outras instituições afins e associações sócio-profissionais.

⁷ / A investigação sobre a masculinidade estendeu-se a outros países tanto do terceiro como do primeiro mundo já a partir dos anos 90.

⁸ / A investigação sobre “O Mineiro Moçambicano”, “A Questão Agrária em Moçambique”, “A Situação da Classe Operária”, “A Actuação do Estado ao nível do Distrito”, “O Papel das Cooperativas de produção e de Consumo”, “A Situação nas Antigas Zonas Libertadas”, no CEA; “Trabalho Feminino Rural, Combustível Doméstico e Nutrição” entre algumas Faculdades da UEM e a OIT, entre muitos outros projectos de investigação.

⁹ / Em 1983, a Oficina de História do CEA/UEM fez-se representar num encontro em Bissau, organizado pela UNESCO sobre a participação das mulheres na Luta Armada. Uma das autoras deste artigo apresentou o documento elaborado pela Oficina de História.

Após este primeiro balanço do trabalho realizado nesta área, o Centro de Estudos Africanos que vinha desenvolvendo pesquisa sobre a participação da mulher na Luta Armada de Libertação Nacional, através da Oficina de História, iniciou um trabalho de debate interno e também com outras instituições. Esta reflexão tinha por objectivo encontrar colectivamente ideias para se avançar num trabalho de investigação particularizado na mulher como objecto de estudo.

Em 1989 começa-se a delinear um plano do que seria mais tarde o Núcleo de Estudos da Mulher (NEM) do CEA. Durante este ano o CEA tenta incorporar pessoas interessadas em trabalhar nesta área de pesquisa, tendo-se conseguido duas estudantes do Instituto Superior Pedagógico (ISP); estabelecem-se contactos com a OMM (Organização da Mulher Moçambicana), a União Geral das Cooperativas de Maputo, a AMODEFA (Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Família), com a Direcção Nacional do Desenvolvimento Rural (DNDR), o Ministério da Justiça, da Educação, do Trabalho, da Saúde, com a Direcção Nacional de Estatística, afim de coordenar e planificar actividades conjuntas.

Em 1989 é criado o Núcleo de Estudos da Mulher (NEM) que inicia as suas actividades com o seguinte plano:

- ⇒ Coordenar a nível de Moçambique o Projecto “A Situação Legal da Mulher e o Direito a Alimentos” (Women and Law in Southern Africa Research Project and Maintenance Rights, WLSA), 1990-91;
- ⇒ Elaborar uma Bibliografia Anotada “A Mulher no Desenvolvimento em Moçambique”;
- ⇒ Formar duas estudantes em assuntos sobre a mulher e género e em organização informática de dados, de acordo com o Programa MICRO-ISIS, UNESCO;
- ⇒ Estabelecer contactos com organizações governamentais, não governamentais, sociais moçambicanas, regionais e internacionais;
- ⇒ Realizar outros projectos de investigação e consultorias de acordo com os objectivos definidos pelo NEM.

Em 1991 concluiu-se que o NEM havia cumprido os objectivos traçados e em diversos aspectos as actividades realizadas e as solicitações surgidas no decurso do trabalho ultrapassaram as expectativas. O debate realizado em torno das interrogantes sobre as bases da discriminação da mulher e a incorporação crescente do conceito de Género como categoria sistémica de explicação à volta dos elementos integrantes que fazem esta discriminação, levou a que a unidade de pesquisa tivesse uma denominação mais de acordo com as ideias do debate em curso. Deste modo a unidade passou a designar-se Departamento de Estudos da Mulher e Género (DEMEG) que se foi transformando num ponto de referência para os que estudam ou trabalham neste campo do conhecimento e não só.

A organização das actividades desenvolvidas foi orientada para seis dimensões da investigação-acção, realçando o facto de que todos os profissionais envolvidos são docentes, o que resultou na incorporação da perspectiva de Género nas respectivas disciplinas leccionadas por estes profissionais:

1. Organização institucional do DEMEG

- Formar quatro documentalistas em organização informática de dados, de acordo com o Programa MICRO-ISIS, UNESCO¹⁰;
 - Elaborar a Bibliografia Anotada “Mulher no Desenvolvimento em Moçambique”, com 555 títulos, 1992;
 - Organizar uma Biblioteca de Mulher e Género¹¹.
2. Participação em projectos de investigação nacionais, regionais e internacionais e realização de consultorias relativas às temáticas das investigações realizadas
- Consultoria “O Estatuto da Mulher em Moçambique”, OMM/UNICEF, Maputo, 1988;
 - Investigação sobre “As Mulheres e a Lei em Moçambique”: Mulher e Direito a Alimentos; Mulher e Direito de Sucessão e Herança; Famílias em Contextos de Mudança; Mulher e Administração da Justiça; Violência Doméstica, no período de 1990-2001, no âmbito do Projecto Regional “Women and Law in Southern Africa Research Trust”;
 - Consultoria “A Mulher em Moçambique”, financiada pela NORAD, através do WID Committee, 1991;
 - Consultoria “Inventário de Projectos/Programas/Actividades Mulher no Desenvolvimento em Moçambique”, financiado pelo PNUD e discutida no WID Committee, 1991;
 - Segunda fase da consultoria “Mulher em situação difícil”, financiada pelo UNICEF a pedido da OMM, 1991;
 - “Prognóstico da Gestão Urbana, Políticas Públicas e Dinâmicas Locais em Cidades Intermédias: Estudo da Cidade da Beira”. Projecto Internacional com a participação da Bolívia e Paquistão com apoio do Fundo Suíço para a Investigação, 1994-95;
 - Participação na realização do ‘booklet’ sobre a “Dimensão de Género nas Estatísticas, Comissão Nacional do Plano, 1994-95;
 - Projecto “Mulheres Moçambicanas em Números” com o apoio do UNICEF, 1995;
 - Projecto “Mulher Estudante e Universidade”, com o apoio da NORAD, 1995;
 - “Perfil sobre Mulher no Desenvolvimento”, a pedido da SARDC, 1997-99;
 - Investigação sobre “Violência Doméstica”, financiada pela Cooperação Suíça, 1997-99;
 - Investigação “Mulher e Autarquias”, financiado pela NORAD, 1998;
 - Programa Mulher, financiado pela Cooperação Italiana, Movimondo-Molisv com as seguintes componentes: “Investigação sobre associações de camponeses na Manhiça”; “Inventário de Projectos, Programas e Actividades sobre a Mulher, 1975-2000”; atribuição de bolsas para estudantes que realizam teses numa perspectiva de género, 1998-2001; organização de dois seminários de reflexão sobre Género;
 - Investigação “O Impacto Sócio-Económico do HIV/SIDA numa perspectiva de Género – Agregados Familiares e Comunidade nas cidades de Maputo e

¹⁰ / Duas documentalistas foram formadas graças à Fundação Ford (1990-92) e dois (uma mulher e um homem) no contexto do Programa Mulher (1998-2001), através da Cooperação Italiana, MOVIMONDO-MOLISV.

¹¹ / A organização da Biblioteca sobre Mulher e Género iniciou em 1990, com o apoio da Fundação Ford e prosseguiu entre 1998-2001, no âmbito do Programa Mulher financiado pela Cooperação Italiana, MOVIMONDO-MOLISV.

Quelimane”, solicitado pelo Ministério da Mulher e da Coordenação da Acção Social e financiado pelo FNUAP, Julho-Setembro de 2001;

- Investigação “Levantamento e estudo sobre o grau de cobertura na disponibilização do Preservativo Masculino pelos intervenientes existentes”, solicitado pelo Conselho Nacional de Combate ao HIV/SIDA”, Dezembro de 2001, Fevereiro de 2002;
- “Levantamento e anotação bibliográfica sobre a construção da sexualidade entre adolescentes e jovens”, solicitado pelo Conselho Nacional de Combate ao HIV/SIDA, Outubro 2002;
- Investigação “Estudo Base do Projecto Kulhuvuka – Corredor da Esperança”, solicitado pela FDC (Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade), Maputo, Julho 2002.

3. Formação, dentro e fora da UEM e participação na própria formação dos membros do DEMEG

Cursos ministrados:

- UEM – Faculdade de Letras, Cursos de História, Geografia e Linguística; UFICS; Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal; Faculdade de Direito; Faculdade de Medicina;
- Fora UEM – Cursos sobre Género e Desenvolvimento a instituições do aparelho do Estado, Assembleia da República, Poder Judicial, Associações, Comunidade e Partidos Políticos. Cabe destacar os cursos realizados no contexto do Ministério do Interior, e Professoras;

Cursos recebidos

- ‡ Formação académica de pós-graduação;
- ‡ Género e Desenvolvimento; Teoria Feminista; Advocacia; Método do Quadro Lógico (*Logical Framework*); Metodologias de Investigação; Elaboração Monitorização de Orçamentos para projectos de investigação e de acção.

4. Actividades e Seminários de reflexão teórica sobre Direitos Humanos, Feminismo e Relações de Género, realizados em três níveis do DEMEG

No contexto do DEMEG/CEA, do DEMEG/WLSA e do “Ponto de Encontro”¹².

5. Activismo: Contribuição para a criação de Associações Nacionais de Mulheres; participação activa em Associações de Mulheres nacionais, regionais e internacionais; participação em Conferências nacionais, regionais e internacionais;

- Contribuição para a criação da associação MULEIDE (Mulher, Lei e Desenvolvimento em Moçambique), 1991-92; NUMMA (Núcleo Mulher e Meio Ambiente), 1992, registado no âmbito do Fórum Internacional das ONG’s, das Nações Unidas; Fórum Mulher, 1993;
- Participação regular nos grupos de trabalho Mulher no Desenvolvimento (WID Committee/Grupo de Coordenação Mulher no Desenvolvimento)¹³.

¹² / “Ponto de Encontro” é uma actividade do CEA, realizada mensalmente com o objectivo de debater, informalmente resultados parciais e finais de investigação e objectos de estudo de interesse, como por exemplo, ambiente, pobreza, metodologia de investigação, religião, família, violência, entre outros.

6. Participação nos órgãos de poder do Estado – Executivo, Legislativo e Judicial – e em Boards e Grupos de Trabalho nacionais, regionais e internacionais.
 - Board do Programa de Desenvolvimento de Micro-Crédito para Mulheres, no IDIL (Instituto para o Desenvolvimento da Indústria Local), Ministério de Indústria e Energia;
 - Grupo de Trabalho Inter-Sectorial sobre Estatísticas de Género, INE (Instituto Nacional de Estatística);
 - Grupo de Trabalho sobre a Política de População em Moçambique, Comissão Nacional do Plano;
 - Grupo Operativo para o Avanço da Mulher¹⁴, Ministério da Mulher e da Coordenação da Acção Social;
 - Participação no debate no contexto da Comissão da Reforma Legal sobre o Projecto de Lei de Família e de Reforma do Código Penal; Grupo de Trabalho para a elaboração do Ante-Projecto de Violência Doméstica no contexto do Fórum Mulher;
 - SAPES Board of Trustees.

III Os estudos de Género no CEA

Estes catorze anos de leituras e de investigação participativa propiciaram debates sobre a categoria de Género, sobre as dinâmicas sociais e as relações entre mulheres e homens no marco dos direitos humanos das mulheres; dialogou-se com diferentes quadrantes da sociedade, trabalhou-se para o melhoramento das condições de vida das pessoas, focaram-se novas problemáticas, enfrentaram-se tabús, mas sobretudo produziu-se conhecimento nacional sobre as características da discriminação da mulher.

Neste processo foram igualmente surgindo associações de mulheres, tal é o caso da MULEIDE (Mulher, Lei e Desenvolvimento em Moçambique), NUMMA (Núcleo Mulher e Meio Ambiente) e Fórum Mulher – Coordenação para Mulher no Desenvolvimento. Um outro aspecto a considerar está relacionado com a integração da perspectiva de Género nos programas do Governo de 1994 e 1999, a criação duma Comissão de Assuntos Sociais, Género e Meio Ambiente, na Assembleia da República, a partir do primeiro Parlamento multipartidário e dum Ministério da Mulher e da Coordenação da Acção Social. De referir igualmente o surgimento de Núcleos de Género ao nível dos Ministérios e das Autarquias criadas a partir de 1998.

Um dos projectos que em muito contribuiu para o desenvolvimento dos estudos de Género no CEA foi o Projecto WLSA – *Women and Law in Southern Africa Research Trust* – que funcionou no CEA desde 1990 até finais de Março de 2001¹⁵. Este projecto de Investigação-Acção

¹³ / O WID Committee era constituído pelas WID Programm Officers das Organizações das nações Unidas e Internacionais a operar em Moçambique. O Grupo de Coordenação Mulher no Desenvolvimento transformou-se no Fórum Mulher em 1993. O CEA através do DEMEG foi eleito para o seu Conselho de Direcção no período 1993-2000.

¹⁴ / Este Grupo interinstitucional e com a participação da sociedade civil foi constituído com o intuito de monitorar a Plataforma de Acção da IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, 1995.

¹⁵ / A partir desta data WLSA Moçambique funciona como uma associação e de forma independente, mas mantém relações com o DEMEG.

desencadeou a criação de redes de investigadores de estabelecimentos de ensino superior, das instituições do Estado, do sector da Justiça e das Associações que iam surgindo. Acabou deste modo por i) interessar os investigadores e estudantes universitários pelos estudos da problemática da mulher a partir dum enfoque de género e ii) mobilizar outros sectores da sociedade em prol dos direitos humanos das mulheres.

Este Projecto foi a primeira linha de investigação sobre a Mulher e a Lei, com um enfoque de género que começou a ser concebido num encontro realizado em Nyanga, no Zimbabwe, em 1988, com a participação de mulheres e homens académicos, membros de ONG's e activistas de sectores diversos dos países da África Austral. Neste seminário foram apresentados relatórios sobre a situação legal da mulher dos diferentes países participantes, fez-se o balanço da investigação realizada na região, das metodologias e perspectivas de investigação, bem como os desafios para o futuro. Como resultado deste primeiro encontro, foram elaborados temas prioritários, desenhou-se uma pesquisa de carácter regional e comparada, a partir de problemáticas comuns, tendo-se igualmente proposto formas diversas de contacto com possíveis doadores. A partir de 1990 seis países, nomeadamente o Botswana, Lesotho, Moçambique, Swazilândia, Zâmbia e Zimbabwe, engajaram-se num projecto regional comparado sobre a Mulher e o Direito a Alimentos na África Austral. A África do Sul e a Namíbia, que haviam tomado parte no encontro preparatório, não puderam participar, devido às sanções internacionais contra o regime do *apartheid*. A partir de 1996 o Malawi passa a integrar a WLSA.

A equipa de Moçambique envolveu-se neste projecto consciente dos desafios que implicaria. Se é verdade que o Centro de Estudos Africanos (CEA) reunia um capital científico invejável, acumulado ao longo de 15 anos de actividade de pesquisa e ensino, convém realçar que se tratava duma nova fase na sua história, com alguns investigadores da *velha guarda*, que ajudaram a conceber e criar o Centro, mas com uma maioria recentemente recrutada, uma vez terminados os seus estudos. Não havia ainda investigação na área científica legal, os estudos sobre mulher e género mal haviam começado ao nível do Departamento de Estudos da Mulher e Género e muito poucas pessoas se mostravam interessadas em envolver-se neste novo desafio científico - já que as questões de género e legais não haviam ainda entrado na luta pela conquista de espaços no campo académico, no activismo das diversas organizações e ao nível do poder do Estado. O movimento associativo com novas características era recente - a Constituição que reconhece o direito à associação, apenas fora aprovada, pela então Assembleia Popular, em Novembro de 1990 - e as organizações não-governamentais no terreno eram a AMODEFA (Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Família), criada em Novembro de 1989, e a ACTIVA (Associação Moçambicana das Mulheres Empresárias e Executivas), oficializada em Dezembro de 1990. A OMM (Organização da Mulher Moçambicana) era a única organização de mulheres com implantação à escala nacional, criada em 1973 pela Frente de Libertação de Moçambique.

Convém realçar que este projecto iniciou com apenas uma investigadora do CEA que pudesse dar uma boa parte do seu tempo ao projecto, em conjunto com investigadoras associadas, entre as quais, uma docente da Faculdade de Letras (Departamento de Geografia), três juristas, duas das quais haviam participado no encontro preparatório de 1988. Esta actividade era articulada ao nível do CEA com outras actividades desenvolvidas no Departamento de Estudos da Mulher e Género.

O trabalho de campo realizou-se em condições extremamente difíceis uma vez que Moçambique se encontrava ainda mergulhado numa guerra de desestabilização (até Outubro de 1992, quando se assinou o Acordo de Roma entre o Governo de Moçambique e a Renamo), que deslocou cerca de 5 milhões de pessoas – 1/3 da população – e 1 milhão de refugiados em países vizinhos. Não era possível permanecer nos locais de estudo o que implicou que as equipas fossem obrigadas a deslocar-se todos os dias, após as aulas, às 13 Hrs, e a regressar antes das 16.30 Hrs, por razões de segurança¹⁶. Nos bairros da cintura peri-urbana de Maputo foi necessário trabalhar também durante os fins-de-semana, o que criava transtornos aos informadores, devido ao seu envolvimento em tarefas diversas para a sua sobrevivência, bem como em tarefas sociais ao nível da família e comunidade. O factor desestabilização foi, pois, um entrave a um alargamento das áreas de estudo na primeira fase do projecto WLSA em 1990-92¹⁷.

Um outro desafio era o do sistema legal vigente nos restantes cinco Países e a utilização da língua inglesa, como língua de contacto, de pensamento e de elaboração de relatórios, o que obrigou a um esforço por parte da equipa moçambicana que, entretanto tinha os mesmos prazos que os restantes países para a elaboração dos relatórios nas duas línguas. Estas situações obrigaram-nos a entender o sistema legal dos restantes países do Projecto WLSA e a uma política de “tradução” para efeitos de comparação entre diferentes sistemas legais em vigor nos países da África Austral.

Podemos dizer, volvidos todos estes anos de intenso trabalho no Projecto Regional WLSA que, apesar de todos estes desafios, a equipa moçambicana se engajou, não apenas por cumprir prazos na elaboração de relatórios em língua portuguesa e inglesa, como também ao nível do desafio epistemológico. Referimo-nos às concepções e metodologias duma investigação-acção, estudo e contribuição dentro duma perspectiva de género e feminista e no desenvolvimento duma investigação interdisciplinar real, não apenas a partir do envolvimento de investigadores de diversos campos do conhecimento, mas também na procura duma transdisciplinaridade deste novo objecto de estudo.

IV Dos espaços da construção da identidade

Na nossa pesquisa sobre a mulher com enfoque de género desde meados da década de 80, em Moçambique, temos sido confrontadas com muitas interrogações e poucas certezas. Cada novo trabalho desenvolve-se entre o mal estar e o prazer mas sempre dentro dum desafio permanente, em que estudamos e debatemos com colegas teorias e metodologias, as novas linguagens para entender e descrever o que se percebe, a nova consciência e práticas que são finalmente expressões de cidadania das mulheres.

A experiência acumulada ao longo destes anos e o seu confronto com a produção científica realizada nas diferentes latitudes do mundo permitiu-nos ir construindo maneiras de olhar estas realidades, cruzadas com a nossa própria experiência e contexto, e na qual estamos inseridos.

¹⁶ / As Áreas Espaciais de Estudo eram então a cidade de Maputo e o distrito de Boane a cerca de 30 kms da cidade de Maputo, capital do país.

¹⁷ / Apenas na 2ª fase do projecto, 1992, pudemos alargar as áreas de estudo para a província de Nampula, no norte do país onde, antes do Acordo Geral de Paz, em Outubro do mesmo ano, as condições de trabalho de campo eram as mesmas.

O nosso trabalho de investigação tem sido orientado por uma perspectiva feminista crítica, que incorpora elementos do feminismo marxista, nacionalista e pós-estruturalista (Mbilinyi, 1992: 46-47), e que se encontra mais perto da terceira vaga do Feminismo, ou seja, dos pensamentos feministas da diferença (León 2000), reconstruídos na actualidade quanto a resgatar algumas premissas do pensamento feminista da igualdade mas somente na dimensão dos direitos humanos, base do respeito da diferença. Uma destas perspectivas críticas foi desenvolvida a partir da década de 80 por feministas do Terceiro Mundo e como forma de contribuir, a partir das suas próprias realidades, para a criação realizada no Primeiro Mundo, que caracterizava os estudos feministas naquela altura. Tem como ponto de partida as diferentes experiências de diversos grupos de mulheres nas lutas políticas dos seus respectivos países e, como foco, as relações sociais em análise e acção, nomeadamente as de género, classe, cor da pele-etnicidade e imperialistas; é localizada num país neo-colonizado, no quadro do sistema-mundo capitalista e da sociedade em rede¹⁸; e tem uma posição situada anti-imperialista.

Baseia-se num conhecimento situado, em que a perspectiva reflecte a nossa vivência, modo de estar e de analisar individual e colectivo, perspectiva marcada pela nossa educação familiar, experiência política, cultural e social, como mulheres, académicas, membros de partidos políticos, de associações da sociedade civil, mães, esposas.

Perspectiva também marcada pela participação, ao longo dos últimos onze anos, num projecto de investigação, que envolve neste momento sete países da África Austral, sobre a Lei e a mulher, projecto que desenvolveu, com base no conhecimento do que se faz um pouco pelos vários países, uma maneira própria de investigar (WLSA, 1997).

Quando investigamos e escrevemos os resultados da pesquisa, estamos também a escrever a nossa história nacional e política, incluindo a nossa história como mulheres feministas. Estamos, portanto, a escrever uma história muito recente, uma história ainda vivida nas dores e alegrias do quotidiano, num processo de 'engajamento', e 'distanciamento', pessoal e temporal, em que se relaciona a nossa vivência académica tentando conservar uma distância solidária, com a nossa vivência política e de activista. Um dia-a-dia que traduz, por vezes, um mal-estar, pela necessidade sentida de estar por dentro dos acontecimentos, vivê-los, desafiá-los e influenciá-los, mas ao mesmo tempo, pela convicção de operar em contextos que escapam às análises convencionais. A realidade moçambicana, obriga a um permanente reflectir e encontrar formas de traduzir as diversas maneiras de estar e pensar o mundo, as outras racionalidades e modos de visibilizá-las, através de estilos de vida e de dizeres, acções e estratégias, que se articulam e interpenetram, e que escapam à nossa percepção. Mas também sem deslizar para a análise fácil - 'encaixando-as' em concepções e discursos preconcebidos, ou inventando o já conhecido -, sem escorregar para a justificação e o paternalismo. Sem cair, também, na hierarquização e desvalorização destas racionalidades e inteligibilidades, em relação ao conhecimento considerado científico, e remetendo-as à classificação de "outros" conhecimentos (Santos, 2001).

¹⁸ / Sociedade em Rede é o conceito criado e cunhado por Manuel Castells para identificar e designar a sociedade global actual.

Esta nossa vivência fragmentada, com diversas identidades, muitas vezes contraditórias e em conflito umas com as outras, representa uma fonte rica para o nosso olhar feminista (Harding, 1987; Mbilinyi, 1992; Mulinari, 1995). É um trabalho que procura incorporar a análise histórica e que é multi e inter-disciplinar e multi-dimensional, inter-relacional na análise dos aspectos económicos, políticos, culturais e psicológicos. Em termos metodológicos e epistemológicos esta perspectiva procura, portanto, combinar as esferas subjectivas e objectivas e considerar o processo de trabalho de campo e de escrita como parte e culminar respectivamente do processo de investigação (Harding, 1987; Stanley, 1993; Mulinari, 1995; Amadiume, 1987 e 1997; WLSA, 1997).

Esta perspectiva teórica e analítica foi construída - e se mantém em permanente construção - a partir das experiências, desejos, interesses, necessidades e resistência de diferentes grupos de mulheres, marcadas pelas variáveis classe, cor da pele/etnia, origem urbana/rural, estatuto, formação, religião, orientação sexual, como um indicador significativo em relação às hipóteses apresentadas. Estas experiências de diversos grupos, têm em conta que as mulheres não constituem um grupo homogéneo e que as suas vivências são multifacetadas. Como actoras sociais portadoras de uma multiplicidade de identidades, que não são totalmente fixas e por vezes contraditórias entre o dizer e a prática, sentimo-nos em condições de, como académicas e activistas, não aparecermos como uma voz invisível, anónima, de autoridade, mas como sujeitos reais, historicamente determinados, com vivências, posições, desejos e interesses concretos e específicos, no significado das identidades e nas funções dos papéis desempenhados. A desconstrução e construção das identidades primárias é, nesta perspectiva que nos orienta, vista como condição necessária para uma compreensão adequada da complexidade de relações sociais, o que nos leva a melhor entender a multiplicidade das relações de dominação e de subordinação em que, nós mulheres, estamos envolvidas, deste modo podendo pensar na luta feminista no plural, e em que se poderão aplicar os princípios da liberdade e da igualdade (Harding, 1987; Mouffe, 1996; Castells, 1999). A nossa história e a nossa experiência como académicas e activistas modelam, deste modo, os resultados das nossas análises e são parte da evidência empírica, a favor ou contra as solicitações avançadas nos resultados da investigação (Harding, 1987; Mouffe, 1996).

A perspectiva feminista de género que defendemos parte da análise das relações sociais entre mulheres e homens e entre mulheres e entre homens, permitindo estudar o modo como são construídas, social e relacionalmente, a identidade feminina e masculina, e reconhece que a natureza social da hierarquização nas relações de género é a condição fundamental para pensar as transformações e recusar que as diferenças entre mulheres e homens sejam naturais. A construção da feminilidade e da masculinidade interrelaciona-se com as variáveis de cor da pele/etnia, classe, origem rural/urbana, formação, estatuto, como já mencionado e, a partilha entre poderes, saberes e competências nas diferentes dimensões da sociedade, está em permanente renegociação, originando resistências e contestações, mas também a aceitação ou a penetração nos espaços da ordem estabelecida, em diferentes momentos e em contextos espaciais diversos. Na procura de uma identidade de projecto feminista que atinja as mudanças radicais para uma alternativa de um mundo realmente humano para mulheres e homens.

BILIOGRAFIA

⇒ Alcoff, Linda and Elizabeth Potter 1993 *Feminist Epistemologies*, Routledge, New York and London.

- ⇒ Andrade, Ximena, R. Cardoso, I. Casimiro e C. Louro 1991 “A Mulher e o Meio Ambiente”. Documento apresentado na Conferência Nacional do meio Ambiente e Desenvolvimento, Maputo, Outubro e na Cimeira da Terra em Setembro de 1992 (no contexto do Planeta Fêmea).
- ⇒ Andrade, Ximena e Casimiro, Isabel 1992 “Construindo uma Teoria de Género em Moçambique”. In: *Estudos Moçambicanos* Nº11/12, CEA, UEM, pp. 93-110.
- ⇒ Andrade, Ximena; Casimiro, Isabel; Liberman, Glória; e Osório, Conceição 1993 “Preparing a Multidisciplinary Research Program on Gender Issues: Conceptual Frameworks and Using a Multidisciplinary Approach – Experiences from the Centre of African Studies, Mozambique”. Apresentado ao “Workshop Concerning Priorities for Research on Gender Issues in Namibia”, organizado pelo Multidisciplinary Research Centre Unit, Universidade da Namíbia em cooperação com a UNESCO, Windhoek, 1-2 Outubro, Departamento de Estudos da Mulher e Género, CEA, UEM, 19 pp.
- ⇒ Andrade, Ximena; Braga, Carla; Casimiro, Isabel; Espling, Margareta e Temba, Eulália 1993 “Women and Inheritance Rights in Mozambique”. In: Anna Maria van Schuuman Centrum, *Working Papers Southern Africa: Women’s Perspectives Workshop*, Universiteit Utrecht, 1-3 December, pp. 71-80.
- ⇒ Andrade, Ximena e Casimiro, Isabel 1994 “Género, Direitos Humanos e Democracia em Moçambique”. Documento apresentado ao Seminário “Promoting a Culture of Human Rights and Democracy in Southern Africa”, organizado pela SADC, , Maputo, 7-11 Fevereiro, CEA, UEM, 15 pp.
- ⇒ Andrade, Ximena e Casimiro, Isabel 1995 “Considerações sobre a Dimensão de Género na UEM”. Comunicação apresentada à 4ª Reunião Annual Consultiva da UEM, 2-3 de Março, Maputo, 8 pp.
- ⇒ Andrade, Ximena e Casimiro, Isabel 1996 “Mulher, Género e Desenvolvimento em Moçambique”, *Revista Estudos Moçambicanos*, 7 pp.
- ⇒ Arnfred, Signe 1995 “Conceptualizing Gender”, *International Development Studies*, University of Roskild.
- ⇒ Andrade, Ximena 2000 *População e Género como realidade de estudo: bibliografia (parcial) comentada*, Centro de Estudos de População (CEP). Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique.
- ⇒ Andrade, Ximena 2002 Levantamento e anotação bibliográfica sobre a construção da sexualidade entre adolescentes e jovens, Centro de Estudos Africanos (CEA), Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e Conselho Nacional de Combate ao SIDA, Maputo, Moçambique.
- ⇒ Arnfred, Signe 1997 (ed) *Issues of Methodology and Epistemology in Postcolonial Studies*, *International Development Studies*, Roskild University, Occasional Paper Nº15, Roskilde.
- ⇒ Arnfred, Signe 1999 “Género e Desenvolvimento: Discussão e Crítica” (Mimeo).
- ⇒ Barbieri, Teresita de 1991 “Sobre la Categoría Género: Una Introducción Teórico-Metodológica”. In: *Direitos Reprodutivos*, Fundação Carlos Chagas, Concurso de Pesquisa sobre direitos Reprodutivos, PRODIR, São Paulo, pp. 25-43.
- ⇒ Beauvoir, Simone de 1960 *O Segundo Sexo. Fatos e Mitos*, Difusão Europeia do Livro, São Paulo.
- ⇒ Brod, H e M. Kaufman (eds) 1994 *Theorizing Masculinities*, Sage Publications, Los Angeles.
- ⇒ Casimiro, Isabel; Loforte, Ana e Pinto, Ana Pessoa 1990 “Women in Mozambique”, CEA/UEM/NORAD, Maputo.

- ⇒ Casimiro, Isabel 1994 “A situação geral das Mulheres em Moçambique: problemas culturais, económicos e sociais que inibem a participação da Mulher no processo político e eleitoral. A política actual sobre a Mulher por parte do Governo”. In: Luis de Brito e Bernhard Weimer (eds). *O Espaço da Mulher no Processo Multipartidário*. Relatório Final do Seminário, Maputo, Fundação Friedrich Ebert, pp. 14-22.
- ⇒ Casimiro, Isabel 1994 “Political Participation, Democracy and Women’s Rights in Mozambique”. *Symposium Report – Women Worldwide, From Nairobi to Beijing, International Action and Perspectives*, Amsterdam, Part III, pp. 95-102.
- ⇒ Casimiro, Isabel 1994 “Género e Terra em Moçambique”. Documento apresentado à II Conferência Nacional sobre Terras em Moçambique”, organizada pelo Land Tenure Centre, Universidade de Wisconsin e UEM, Maputo, 25-27 Maio, 12 pp.
- ⇒ Casimiro, Isabel 1994 “Obstáculos e Perspectivas de Investigação em Ciências Sociais no País”. Documento apresentado ao Seminário “Moçambique: Cenários pós-Eleitorais”, organizado pela MEDIACOOOP, Maputo, 15-16 Dezembro, 10 pp.
- ⇒ Casimiro, Isabel 1995 “Estudos sobre Género em Moçambique”. Documento apresentado ao Seminário “Estatísticas Eleitorais e Género”, organizado pela Direcção Nacional de Estatística, Maputo, 22 de Fevereiro, CEA, UEM, pp. XXX
- ⇒ Casimiro, Isabel 1995 “Frauen in Mosambik” (Mulheres em Moçambique). In: *Der Mosambik Rundbrief* 38, 2/1999 (Julho), pp. 12-15.
- ⇒ Casimiro, Isabel; Chicalia, Isabel e Pinto, Ana Pessoa 1990 “The Legal Situation of Women in Mozambique”. In: Julie Stewart and Alice Armstrong (eds) *The Legal Situation of Women in Southern Africa*. Women and Law in Southern Africa Series, Vol. II, Harare, Zimbabwe Publishing House, pp. 75-96.
- ⇒ Casimiro, Isabel 1986 “Transformação nas Relações Homem/Mulher em Moçambique 1960-74”. Trabalho de Diploma para obtenção do grau académico de Licenciatura em História, Faculdade de Letras, UEM, pp. 191.
- ⇒ Casimiro, Isabel 1990 “Mozambique – Country Status Report”. In: *Women, Law and Development in Africa (WILDAF): Origins and Issues*, Washington DC: OEF International, Women, Law and Development N°4, pp. 95-97.
- ⇒ Casimiro, Isabel 1998 “Implicações duma Perspectiva de Género em Moçambique”, CEA, UEM. Maputo, 6 pp. (Mimeo).
- ⇒ Casimiro, Isabel 1998 “Mulheres: marginalizadas e invisíveis”. In: Carlos Serra (Direcção) *Estigmatizar e Desqualificar – Casos, Análises, Encontros*, Livraria Universitária, UEM, Maputo, pp. 139-176.
- ⇒ Casimiro, Isabel 1998 “Women’s Empowerment and Organisation in Mozambique”. In: Teresa Cruz e Silva e Ari Sitas (eds) *Gathering Voices, Perspectives on the Social Sciences in Southern Africa*, ISA Pre-Congress Volumes (14th World Congress of Sociology, on Social Knowledge: Heritage, Challenges, Perspectives), pp. 115-128.
- ⇒ Casimiro, Isabel 1999 “‘Paz na Terra, Guerra em Casa’. Feminismo e Organizações de Mulheres em Moçambique”. Dissertação elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, pp.304.
- ⇒ Casimiro, Isabel 2000 “Women of the XXI Century”. Documento apresentado ao Seminário “The woman in the 21st century”, organizado pela OSAK (Oskarshamn Southern Africa Kommitté), Oskarshamn, 25-26 Março, 9 pp.

- ⇒ Castells, Manuel 1999 *O Poder da Identidade. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura* Vol. 2, Paz e Terra, 3ª edição, São Paulo.
- ⇒ Connell, R.W. 1987 *Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics*, Cambridge, Polity Press.
- ⇒ Connell, R.W. 1994 “Bodies and Genders”. In: *Agenda* (a Journal about Women and gender), Nº23, Durban, pp.07-18.
- ⇒ Correa, Sônea 1998 “Estudos de Género”. Seminário organizado no âmbito da Assembleia da ABEP, Caxambu, Minas Gerais, Brasil, 20-22 Outubro.
- ⇒ Eisler, Raine 1991 *El Caliz y la Espada: Nuestra Historia, Nuestro Futuro*, Editorial Cuatro Vientos, Santiago, Chile.
- ⇒ Eisler, Raine 1998 *El placer sagrado*. Volume I y II. Editorial Cuatro Vientos, Santiago, Chile.
- ⇒ *ESPECIAL FEMPRES* 1999 “Feminismos Fin de Siglo”, Santiago de Chile.
- ⇒ Harding, Sandra 1986 *The Science Question in Feminism*, Cornell University Press, Ithaca and London.
- ⇒ Harding, Sandra 1987 *Feminism and Methodology*, Indiana University Press, Indiana.
- ⇒ Haraway, Donna 1988 “Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective”. In: *Feminist Studies*, Vol. 14.
- ⇒ Imam, Ayesha M., Amina Mama & Fatou Sow (eds) 1997 *Engendering African Social Sciences*, CODESRIA, Dakar.
- ⇒ Kaufman, Michel 1989 *Hombres. Placer, Poder y Cambio*, Santo Domingo, CIPAF.
- ⇒ León, Victoria Sendon de 2000 “Qué es el Feminismo de la Diferencia?”, *Mujeres en Red*, http://www.nodo50.org/mujeresred/vitoria_sendon-feminismo_de_la_diferencia.html [31-10-2000@t](#), 16 pp.
- ⇒ Liberman, Gloria e Casimiro, Isabel 1992 “The Challenge of Reconceptualization: Reconceptualizing Research on Women and Law in Mozambique”. In: *Women and Law in Mozambique*. Women and Law in Southern Africa Research Project, Harare, pp. 1-16.
- ⇒ Loforte, A., X. Andrade, T. Garcia et al 1982 “Trabalho Feminino Rural, Combustível Doméstico e Nutrição” (1980-82). Projecto de Investigação Internacional com a participação de Moçambique – Faculdades de Letras, Departamentos de Geografia e Antropologia e Arqueologia, Medicina e Agronomia e Ministério da Saúde, Departamento de Nutrição – Gana, Peru, Índia e Sri Lanka, em conjunto com a O.I.T..
- ⇒ Loforte, Ana e Arthur, Mª José 1998 *Relações de Género em Moçambique: Educação, Trabalho e Saúde*, DAA, Faculdade de Letras, UEM/Friedrich Ebert/SAREC, Imprensa Universitária, Maputo.
- ⇒ Loforte, Ana 2000 *Género e Poder entre os Tsonga de Moçambique*, PROMÉDIA, Maputo.
- ⇒ Mbilinyi, Marjorie 1992 “Research Methodologies in Gender Issues”. In: Ruth Meena (ed. *Gender in Southern Africa – Conceptual and Theoretical Issues*, SAPES BOOKS, Harare, pp. 31-70.
- ⇒ Oakley, Ann 1972 *Sex, Gender and Society*, Harper and Row, New York.
- ⇒ Pérotin-Dumon, Anne 2000 *El Género en la Historia*, Instituto de Historia, Pontificia Católica de Chile. In : <http://www.hist.puc.cl/historia/genero>.
- ⇒ Rosaldo, Michelle & Louise Lamphere (eds) 1974 *Women, Culture and Society*, Stanford University Press, Stanford.

- ⇒ Rubin, Gayle 1975 “The Traffic in Women: Notes on the ‘Political Economy’ of Sex”. In: Rayna R. Reiter (ed) *Toward an Anthropology of Women*, Monthly Review Press, New York and London, pp. 157-210
- ⇒ Saffioti, Heleieth 1990 “Rearticulando Género e Classe Social”. In: Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini (orgs) *Uma Questão de Género*, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, pp. 183-215.
- ⇒ Santos, Boaventura S. 1994 *Pela Mão de Alice – O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Edições Afrontamento, Porto.
- ⇒ Santos, Boaventura S. 2000 *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência [Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática, Volume II]*, Edições Afrontamento, Porto.
- ⇒ Scott, Joan 1991 “Género: Uma categoria útil para análise histórica”, Recife (Original: *Gender: An Useful Category of Historical Analysis. Gender and Politics of History*, Columbia University Press, New York, 1989).
- ⇒ Scott, Catherine V, 1995 *Gender and Development* Lynne Rienner Publishers, Londres.
- ⇒ Seidler, Victor J. 1994 *Unreasonable Men. Masculinity and Social Theory*, Routledge, London and New York.
- ⇒ Stanley, Liz (ed) 1993 *Feminist Praxis, Research, Theory and Epistemology in Feminist Sociology*, Routledge, London and New York.
- ⇒ WLSA 1992 *Direito a Alimentos e a Mulher em Moçambique: estudo de caso da região sul*, DEMEG, CEA, UEM, Maputo.
- ⇒ WLSA 1994 *Direito à Sucessão e Herança: Moçambique*, DEMEG, CEA, UEM, Maputo.
- ⇒ WLSA 1998 *Famílias em Contextos de Mudanças em Moçambique*, DEMEG, CEA, UEM, Maputo.
- ⇒ WLSA 2000 *A Ilusão da Transparência na Administração da Justiça*, DEMEG, CEA, UEM, Imprensa Universitária, Maputo.
- ⇒ WLSA 2000 (Ximena Andrade, Conceição Osório e João Carlos Trindade) *Direitos Humanos das Mulheres em Quatro Tópicos – Revisão da Literatura*, DEMEG, CEA, UEM, Livraria Universitária, Maputo (versão em língua inglesa, 2001).